

Apoio popular reduz as pressões, diz Ricúpero

Maiores reivindicações vêm dos servidores civis e militares, que querem aumento de 28,5%, e da área de saúde, que exige liberação de US\$ 500 milhões mensais para hospitais públicos e conveniados

ODAIL FIGUEIREDO

BRASÍLIA — O apoio da população ao Plano Real é comemorado no Ministério da Fazenda como mais do que uma simples indicação de que o real, por enquanto, está dando certo. "O apoio da população nos ajuda a resistir às pressões", disse ao Estado um assessor do ministro Rubens Ricúpero.

A pressão mais forte que se desenha vem do front interno, com o reajuste salarial reivindicado pelos servidores civis e militares. O aumento seria de 28,5%, acrescido de 8% para os militares. "O pedido é mais do que legítimo", reconhece o chefe de gabinete de Ricúpero, embaixador Sérgio Amaral. "Mas temos de analisar a questão dentro das possibilidades do plano." Os técnicos da Fazenda acham que não há dinheiro suficiente para o aumento, mas nos corredores do Ministério da Fazenda poucos são os que acreditam que será possível resistir à pressão. "O máximo que vamos conseguir será adiar ou parcelar o reajuste", disse um assessor.

Mas há outras frentes. Uma delas é da área da saúde, onde a Fazenda suspeita que má gestão e falta de controles signifiquem desperdício ou transferência para os cofres de fraudadores profissionais de boa parte dos cerca de US\$ 500 milhões que vêm sendo liberados mensalmente para os hospitais públicos ou conveniados. Desde o final da semana passada, está na mesa do presidente Itamar Franco um relatório da área econômica que faz um diagnóstico do problema e recomenda o controle rigoroso das verbas.

Uma dor de cabeça de Ricúpero foi provocada pelo projeto de transposição das águas do rio São Francisco para áreas de seca no Nordeste. O lobby é liderado pelo ministro da Administração, Aluizio Alves, conta com o apoio de governadores nordestinos e ganhou o principal aliado na pessoa de Itamar.

Ricúpero é contrário ao projeto, não tanto pelos gastos que ele vai provocar neste momento (calculados em US\$ 2 bilhões), mas pela indicação negativa que uma obra desse porte daria sobre a intenção do governo de manter a austeridade necessária à consolidação do plano. "Essa obra terá de ser feita a longo prazo, o que não implica grandes despesas neste ano", pondera um assessor de Ricúpero. "Mas iniciar um projeto desses num momento econômico tão delicado é algo que se deveria evitar."

As regras da MP 542 desagradaram também ao governador do Ceará, Ciro Gomes (PSD), que discorda da proibição indiscriminada de avais, que pegou no contrapé um financiamento de US\$ 240 milhões que ele está negociando com o Bird para construir um sistema de barragens e urbanizar favelas.

Na área econômica, cresce também a preocupação com as ameaças de petroleiros e bancários de fazer greves nada data-base, em setembro. Vencer a batalha dos salários é crucial para manter os preços dos combustíveis e o equilíbrio financeiro dos bancos oficiais, que tiveram a rentabilidade fortemente reduzida com o real.

A equipe econômica acha que nos próximos meses deverá crescer também a pressão dos exportadores contra a política cambial que congelou a paridade entre o real e o dólar e já se preparam para responder às críticas. "Nos últimos meses, os exportadores ganharam muito dinheiro antecipando o fechamento dos contratos de câmbio e aplicando no mercado financeiro", diz Sérgio Amaral. "Além disso, Ricúpero já se comprometeu a aprovar um projeto que reduz a carga tributária sobre as exportações." O projeto, preparado pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, encontra resistências da Receita Federal, que está preocupada com a queda na entrada de impostos.



**QUEDA NOS
IMPOSTOS
PREOCUPA
RECEITA**



Amaral (no alto): pedidos de servidores e projetos defendidos pelo ministro Aluizio Alves (centro) e pelo governador Ciro Gomes devem ser analisados dentro da possibilidade permitida pelo plano

